

MLVY

RT  
Moura  
Lamounier  
Vasconcelos  
Vulcano  
Advogados

FLS 0096

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DO TRABALHO DA 6ª VARA DO TRABALHO DE  
BRASÍLIA/DF

109

12566 em  
6  
523

Distribuição por prevenção à  
Reclamação Trabalhista nº 770-2009-006-10-00-2

**SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DAS AGÊNCIAS NACIONAIS DE REGULAÇÃO - SINAGÊNCIAS**, entidade sindical de base regularmente constituída, inscrita no CNPJ sob o nº 07.292.167/0001-12 (doc. 1) e registro sindical ativo no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº 46000.019299/2005-90 (doc. 2), com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 1, bloco K, conjunto 708/714, Edifício Seguradoras – Brasília/DF, CEP: 70.093-900, neste ato representado por seu Presidente, João Maria Medeiros de Oliveira (doc. 3), vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores regularmente constituídos (doc. 4), requerer

### EXECUÇÃO PROVISÓRIA

da decisão proferida por esse MM. Juízo, em sede de cumprimento de sentença, no dia 16/05/2013, em face da **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS - ANER**, entidade civil associativa de direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.597.210/0001-58, com sede na SHIS QI 23, Conjunto 13, Casa 19, Lago Sul, Brasília-DF, CEP 71.660-130 e do **SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS - ANER SINDICAL**, entidade de direito privado, na pessoa de seu representante legal, inscrita no CNPJ nº 09.051.787/0001-95, com sede na SHIS QI 23, Conjunto 13, Casa 19, Lago Sul – Brasília/DF, CEP: 71.660-130, nos termos do § 1º do art. 897 da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 475-O do Código de Processo Civil.

CB34

MLVV

TRT  
Mora  
Lamounier  
Valadarias  
Vucante  
Advogados

FL 6

## DA SÍNTESE FÁTICA

1. Trata-se, na origem, de *Reclamação Trabalhista* ajuizada pelo Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (SINAGÊNCIAS), em face da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais (ANER) e do Sindicato Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais (ANER Sindical).

2. A ação tramitou perante esse MM. Juízo e teve regular tramitação e instrução processual, com pleno acesso das entidades Rés ao exercício do direito de contraditório e ampla defesa.

3. Vale dizer que a motivação para o ajuizamento da *Reclamação Trabalhista*, à época, cingiu-se no fato de que as entidades, então Rés, estavam adotando condutas que comprometiam a representatividade do SINAGÊNCIAS, em especial, perante o Governo Federal, já que elas apresentavam propostas divergentes em relação aos interesses manifestados pela categoria em assembleias, bem assim assinaram acordos, sem a anuência do sindicato então Autor.

4. De lá para cá, conforme se verificará adiante, muito tempo se passou, a sentença proferida, favorável ao SINAGÊNCIAS, transitou em julgado, mas as entidades Rés, ora Executadas, em nada modificaram as suas condutas lesivas e de nítido tom de má-fé. Observe.

5. Com efeito, no dia 31/07/2009, sobreveio a sentença de mérito do feito, que julgou totalmente procedentes os pedidos deduzidos pelo SINAGÊNCIAS, de modo que assim determinou (doc. 5):

Expositis, na 6a Vara do Trabalho de Brasília - DF rejeito as preliminares suscitadas de carência da ação por ilegitimidade de parte e, no mérito, deiro a antecipação de tutela para determinar:

1. Relativamente ao 1º réu (SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS - ANER SINDICAL):

A) Se abstenha de se apresentar a qualquer pessoa física ou jurídica, do direito público ou privado, como entidade sindical que represente os interesses dos servidores das Agências Nacionais de Regulação, independentemente do cargo ocupado.

B) Se abstenha da prática de qualquer ato em nome próprio ou em nome da categoria, sob pena de pagamento da multa no valor de R\$ 20.000,00 por ato praticado.

MLVY

TRI  
Moura  
Lamounier  
Valeiros  
Vukobratovic  
Advogados

C) Faça publicar essa decisão em seu sítio eletrônico de forma a se esclarecer a categoria sobre a legitimidade do Sindicato autor (SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DAS AGÊNCIAS NACIONAIS DE REGULAÇÃO - SINAGÊNCIAS) para sua representação.

D) A retirada desse site de quaisquer referências quanto à existência do SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS - ANER SINDICAL como entidade sindical, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de pagamento de multa no valor de R\$ 5.000,00 por dia de atraso no cumprimento.

2. Quanto à 2ª rã (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS - ANER):

A) Faça publicar essa decisão em seu sítio eletrônico de forma a se esclarecer a categoria sobre a legitimidade do Sindicato autor (SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DAS AGÊNCIAS NACIONAIS DE REGULAÇÃO - SINAGÊNCIAS) para sua representação.

B) A retirada desse site de quaisquer referências quanto à existência do SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS - ANER SINDICAL como entidade sindical, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de pagamento de multa no valor de R\$ 5.000,00 por dia de atraso no cumprimento.

No que se refere ao mérito, julgo **TOTALMENTE PROCEDENTES** os pedidos da Inicial para:

(1) declarar a legitimidade sindical do Sindicato autor (SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DAS AGÊNCIAS NACIONAIS DE REGULAÇÃO - SINAGÊNCIAS) como único representante da categoria dos Servidores Públicos Federais das Agências Nacionais de Regulação;

(2) declarar a ilegitimidade sindical e irregularidade de representação do Sindicato réu (SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS - ANER SINDICAL) para representar quaisquer servidores das Agências Reguladoras Nacionais, independentemente do cargo ocupado pelo servidor ativo, inativo ou pensionista;

(3) confirmar definitivamente os pedidos formulados em sede de antecipação de tutela, tudo nos termos da fundamentação retro exposta que passa a fazer parte integrante desse decisum. (Destacou-se).

6. Atente-se que a sentença, além das condenações específicas direcionadas à ANER e ANER Sindical, reconheceu, de forma expressa, a legitimidade sindical do SINAGÊNCIAS como único representante da categoria dos Servidores Públicos Federais das Agências Nacionais de Regulação, independentemente do cargo ocupado pelo servidor ativo, inativo ou pensionista.

MLVV

TRI  
Moura  
Lamounier  
Machado  
Vilante  
Advogados

7. Da sentença, houve oposição de Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados (doc. 6), com a consequente interposição de Recurso Ordinário, o qual foi desprovido (doc. 7).

100965720

14/00

8. Ato contínuo, as ora Executadas ainda interpuseram Recurso de Revista (doc. 8) que, inadmitido (doc. 9), ensejou no Agravo de Desistência do RR, perante o C. Tribunal Superior do Trabalho, o que resultou na seguinte decisão daquela Corte (doc. 10):

A 3ª Turma, por meio do acórdão a fls. 816/825, negou provimento ao recurso do sindicato demandado, nos termos da ementa a seguir destacada:

**REGISTRO SINDICAL. UNIDADE. OBSERVÂNCIA.** O inciso II do art. 8º da Constituição Federal veda expressamente "a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial". É a denominada unidade sindical. In casu, inexistiu ofensa à regra da unidade sindical. Recurso ordinário conhecido e desprovido. (fls. 816).

O recorrente, a fls. 836 e seguintes, alega, em síntese, que é livre a associação sindical, não podendo, pois, prevalecer a decisão da Turma, na medida em que atendidos os ditames legais relativos à criação do sindicato.

Pois bem.

A delimitação do julgado revela que quem efetivamente atende ao requisito imposto pela Constituição e pela Lei é o Sindicato-autor, que detém registro sindical no MTE e, por isso, legitimidade de representação da categoria. Ressaltou-se, nesse sentido, a ausência de registro da ANER Sindical no MTE, destacando-se que o pedido de registro não possuía o condão de conferir legitimidade para que tal entidade representasse a categoria. Pontuou, de tal modo, a Turma que a liberdade sindical se referia à possibilidade de o empregado filiar-se, ou não, ao sindicato que representa a sua categoria e, considerando a unidade sindical, esclarece que não possuía o empregado autonomia para decidir a que sindicato se filiar, sendo que eventuais conflitos de interesse deveriam ser resolvidos no âmbito sindical, em assembleia, podendo ocasionar, inclusive, desmembramentos.

Observa-se, pois, que a Turma defendeu a atuação governamental estritamente nos limites constitucionais impostos pelos artigos 8º, I e II, que vedam a interferência do Estado na fundação da entidade e institui o princípio da unidade sindical.

Portanto, não se viabiliza o recurso de revista, porquanto respeitado os princípios da unidade sindical e da não-interferência estatal na fundação de entidade sindical.

MLVY

TRT  
Moura  
Lamounier  
Advogados  
0009

Já os artigos do CCB invocados apenas consagram a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado a partir da inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, o que não se configurou quanto ao recorrente, conforme delimitação do acórdão.

# CONCLUSÃO

Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista - (págs. 164/165, seq. 1).

9. Após a publicação da decisão proferida pela Corte Superior do Trabalho, não sobreveio interposição de qualquer recurso, de modo que restou consolidado o julgado da 6ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, com trânsito em julgado operado em 24/10/2011.

10. Acontece que, apesar de operado o trânsito em julgado da sentença, o SINAGÊNCIAS continuou a ser submetido a diversas situações irregulares e constrangedoras causadas pelas entidades Executadas, razão pela qual, em 08/02/2012, requereu o efetivo Cumprimento de Sentença (doc. 11).

11. Na ocasião, após a oitiva da parte contrária, em decisão proferida por esse MM. Juízo, em 16/05/2012, foi assim estabelecido (com destaques) – doc. 12:

Vistos em inspeção.

1. Anote-se o nome do novo advogado do primeiro reclamado, registrando, à míngua de outra indicação, o primeiro nome constante do subestabelecimento sem reserva de poderes de fl. 917.

2. Indeferir a alteração do nome do advogado da segunda reclamada eis que o requerimento respectivo foi formulado por advogado que não detém instrumento de mandato da referida entidade, sendo procuradores delas o patrono identificados à fl. 778.

3. A sentença, confirmada pelo Regional e pelo TST, determinou, especialmente em relação à segunda reclamada - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS - ANER - o seguinte:

A) Faça publicar essa decisão em seu sítio eletrônico de forma a se esclarecer a categoria sobre a legitimidade do Sindicato autor (SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DAS AGÊNCIAS NACIONAIS DE REGULAÇÃO - SINAGÊNCIAS) para sua representação.

B) A retirada desse site de quaisquer referências quanto à existência do SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS - ANER SINDICAL como entidade sindical, no prazo máximo de 15



MLVV

TRT  
Moura  
Lamounier  
Valadães  
Vieira  
Advogados

(quinze) dias, sob pena de pagamento de multa no valor de R\$ 5.000,00 por dia de atraso no cumprimento.

Em visita ao sítio eletrônico da referida entidade, que fiz nesta data, não constata a publicação da decisão de forma destacada. Em contrapartida, encontra-se, na parte reservada a notícias de interesse dos associados, a seguinte "informação":

15/11/2011 A ANER É A LEGÍTIMA REPRESENTANTE DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS, SEUS ASSOCIADOS - ESTA É A VERDADE !!! Mais uma vez o Sinagências divulga uma interpretação mal intencionada sobre os fatos! A figura jurídica alvo do trânsito em julgado no TST, no último dia 03/11, é a ANER Sindical (CNPJ 09051787/0001-95) e não a ANER Associação (CNPJ 07597210/0001-58), que permanece como legítima representante de seus Associados, integrantes da categoria dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais (disponível em [http://www.anerbrasil.org.br/index.php/content/view/full/1697/ANER\\_EM\\_AO\\_NOVEMBRO2011.html](http://www.anerbrasil.org.br/index.php/content/view/full/1697/ANER_EM_AO_NOVEMBRO2011.html). Acesso em 16.5.2012 às 13h32)

A notícia traz duas graves inverdades: a) em primeiro lugar, por força da coisa julgada material emanada deste feito, o sindicato autor - SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DAS AGÊNCIAS NACIONAIS DE REGULAÇÃO - SINAGÊNCIAS - é efetivamente a única entidade sindical com poder de representação da categoria dos servidores das agências reguladoras. Assim, a decisão judicial repeliu qualquer entendimento no sentido de que a referida associação pudesse atuar nos espaços constitucionalmente reservados às entidades sindicais. Cumpra-lhe, pois, confinar seu papel a de mera associação sem cunho sindical; b) em segundo lugar, beira à má fé a afirmação de que apenas o SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS - ANER SINDICAL tenha sido alvo da ação e da decisão judicial. Como acima lembrado, há, na parte dispositiva da sentença de primeiro grau, mantida inócua nas instâncias recursais, expresso comando dirigido à associação.

Não procede, portanto, a alegação do primeiro reclamado, à fl. 934, de que a associação seja um alvo secundário da decisão judicial proferida nestes autos. Ela é litisconsorte condenada no bojo da ação.

A partir do link ANER HISTÓRICO (<http://www.anerbrasil.org.br/index.php/content/view/full/308/Historico.html>), na página da segunda reclamada na rede mundial de computadores, faz-se referência ainda ao "braço sindical" da aludida associação, aqui primeiro reclamado, de quem se retirou, pela decisão transitada em julgado, qualquer poder de representação sindical da categoria dos servidores das agências reguladoras, independentemente de seu regime jurídico-funcional.

SALUS Odebre S. Boco 4. Edifício OAB Sala 401 a 412 CEP 10070-110 Brasília DF  
T. 55 61 3124 0073 F. 55 61 3223 4526 [www.salus.com.br](http://www.salus.com.br)

MLV

TRT  
Moura  
Lamounier  
Valadães  
Vieira  
Advogados

Logo, é necessário, realmente, a adoção de providências deste juízo para que a autoridade da coisa julgada material seja respeitada (CF, art. 5º, XXXVI; CLT, art. 836, e CPC, art. 474) e amplamente divulgada, repondo a verdade dos fatos para todos os integrantes da categoria que acessem o sítio dos reclamados na internet. A associação reclamada, tendo fins lícitos, ou seja, não paramilitares, tem, obviamente, o direito de existir (CF, art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI), mas não pode assumir representação sindical, isto é, a representação judicial e extrajudicial da categoria (CF, art. 8º, III) nem difundir, falsamente, a ilegitimidade do ora autor e o real significado da decisão prolatada nestes autos.

4. Assim, ante o trânsito em julgado da decisão prolatada nestes autos e o evidente descumprimento das ordens judiciais nela contempladas, determino, na forma do que preceitua o art. 461, § 5º, do CPC, que a ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS - ANER, em 15 dias:

- a) retire de seu sítio eletrônico todas as referências à sua condição de legítima representante da categoria dos servidores das agências reguladoras;
- b) retire de seu sítio eletrônico todas as referências ao SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS - ANER SINDICAL como representante da categoria dos servidores das agências reguladoras;
- c) inclua nota de esclarecimento no topo da página principal de seu sítio eletrônico na rede mundial de computadores, em texto digitado em cor preta em fundo branco, na mesma fonte e no mesmo tamanho do título ou texto mais destacado na página principal, com o seguinte teor: "Por força da decisão transitada em julgado nos autos do Processo nº 0077000-45.2009.5.10.0006, em 24 de outubro de 2011, o SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DAS AGÊNCIAS NACIONAIS DE REGULAÇÃO - SINAGÊNCIAS foi reconhecido como ÚNICA entidade sindical com poderes de representação da categoria dos servidores das agências reguladoras federais, independentemente de seu regime funcional";
- d) inclua a íntegra da sentença prolatada nestes autos, disponível no sítio eletrônico do TRT da 10ª Região ([www.trt10.jus.br](http://www.trt10.jus.br)), dentro do link ASSESSORIA JURÍDICA/CONSULTA DE PROCESSOS na página da mencionada associação na rede mundial de computadores;
- e) cumpra a decisão na forma e prazo assinalados, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), enquanto perdurar a descobediência à ordem judicial, sem prejuízo da adoção de medidas para suspensão judicial temporária do funcionamento do sítio eletrônico da segunda reclamada até que se adeque aos comandos judiciais aqui explicitados.

Expeça-se mandado de notificação para a segunda reclamada, entregando-lhe cópia desta decisão.

Publique-se. Cumpra-se.

Brasília, 16 de maio de 2012.

SALG Quadra 6 Bloco H 6º andar OAB Setor 401 e 412 CEP 70706-012 Brasília DF  
T. 55 61 3224 6076 F. 55 61 3223 4525 [www.oab.org.br](http://www.oab.org.br)

MLV

TRT  
Moura  
Lamounier  
Veloso  
Vieira  
Advogados

FLS

10003

Antonio Umberto de Souza Junior  
Juiz Titular da 8ª VT de Brasília/DF

12. Da decisão, a ANER e a ANER Sindical interpueram *Agravo de Petição*, o qual foi desprovido, restando integralmente mantida a decisão então proferida, nos termos da seguinte ementa (doc. 13):

AGRAVO DE PETIÇÃO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. RES JUDICATA. NÃO OBSERVÂNCIA. Não prospera o inconformismo dos executados, haja vista a não observância do correto cumprimento de obrigação de fazer, conforme os ditames da res judicata. Agravo conhecido parcialmente e desprovido. (Processo: 00770-2009-006-10-00-2-AP, de Relatoria da Desembargadora Márcia Mazoni, Publicado em 23/11/2012).

13. Não bastasse isso, as Executadas, recentemente, interpueram *Recurso de Revista* (doc. 14) em face da última decisão proferida pelo E. TRT, razão pela qual o processo deve ser remetido para o Tribunal Superior do Trabalho, para julgamento.

14. Como se vê, as Executadas têm tido amplo acesso ao devido processo legal, por meio do uso de todos os recursos a ele inerentes sem, contudo, obter sucesso em qualquer de seus pleitos, notadamente, porque é evidente e, até mesmo, absurda a irregularidade de suas condutas, sendo impossível o acolhimento das alegações (ou justificativas) que aduzem.

15. É também impossível deixar de notar que, muito embora a Justiça do Trabalho reitere a necessidade da ANER e ANER Sindical se adequarem aos seus limites de atuação, é fato que as referidas entidades realmente não se conformam e muito menos se sentem intimidadas por qualquer decisão judicial a elas dirigida, sustentando, publicamente, que representam a categoria. Aliás, as Executadas chegaram ao cúmulo de criar e sustentar a imaginária categoria composta pelos servidores efetivos das Agências.

16. Em outras palavras, o que se verifica é um evidente zombar das partes Executadas em relação à força que emana das decisões da Justiça.

17. Isso porque, no intervalo das tramitações para julgamento do *Agravo de Petição*, diversos outros descumprimentos da sentença foram levados a cabo pela ANER e pela ANER Sindical, o que tem causado ao SINAGÊNCIAS prejuízo de enorme monta já que, de janeiro até março deste ano, sofreu o prejuízo de mais de 80 desfiliações (doc. 15), em virtude de matérias mentirosas publicadas pelas entidades Executadas.

SALIS Curitiba 6 Bisco N.º Edição OAB Salis 401 a 412 CEP 70070-613 Brasília/DF  
T. 65 01 3224 4476 F. 65 61 3221 4420 [www.oab.com.br](http://www.oab.com.br)

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



MLV

TRT  
Moura  
Lameunier  
Vasquez  
Vasquez  
Advogados

18. Anote-se que os referidos fatos foram levados a conhecimento da Desembargadora Relatora do Agravo de Petição, a qual se manifestou incompetente para a análise, sugerindo a extração da carta de sentença para provocação desse MM. Juízo quanto aos últimos fatos ocorridos.

19. Vejamos, então, os últimos e graves descumprimentos praticados por essas entidades e que demandam providências urgentes desse MM. Juízo, a fim de que seja restabelecida a ordem jurídica.

### DA POSSIBILIDADE DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA DECISÃO

20. Considerando-se que o Recurso de Revista Interposto pelas partes Executadas, em face do acórdão proferido no bojo do Agravo de Petição, não é dotado de efeito suspensivo, tal com estabelece o § 1º do art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, verifica-se plenamente possível a execução provisória da decisão proferida e descumprida, com espeque no permissivo legal contido no art. 475-O do Código de Processo Civil c/c art. 876 da CLT.

### DA DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DAS CÓPIAS

21. Consoante prevê o § 3º do art. 475-O do Código de Processo Civil, é permitido ao próprio advogado da parte declarar como autênticas as cópias das peças que instruem a execução.

22. Assim sendo, o advogado que a esta subscreve declara serem autênticas as peças processuais que instruem a presente Execução Provisória, sob as penas da Lei, com amparo no art. 475-O, § 3º c/c art. 544, § 1º, ambos do Código de Processo Civil.

### DA CONTINUIDADE DA CONDUTA IRREGULAR. DOS DESCUMPRIMENTOS REITERADOS DAS ORDENS JUDICIAIS

23. Desde quando proferida a decisão ora executada, em 16/05/2013, inúmeros e reiterados foram os descumprimentos levados a cabo pelas entidades executadas, o que evidencia que a ordem judicial, com aplicação de multa, por si só, não é suficiente para motivar a mudança de conduta das Executadas.

MLVY

TST  
Moura  
Lamounier  
Valadães  
Vodanis  
Advogados

24. Assim, a execução efetiva dos valores aplicados a título de descumprimento demonstra essencial, a fim de que as Executadas sintam, pecuniariamente, as consequências das condutas de notável má-fé por elas praticadas, de modo a estimular a cessação definitiva da prática.

25. Vejamos, assim, os acontecimentos que sucederam a decisão proferida no dia 16/05/2013.

**A) Da informação inserida na página inicial do site eletrônico da ANER**

26. Como visto, no dia 16/05/2012, foi proferida decisão, que determinou à ANER que publicasse em seu site a sentença judicial transitada em julgado, com o intuito de esclarecer à categoria acerca do real campo de atuação da referida associação.

27. Contudo, logo de início, percebe-se que a referida decisão não foi cumprida de forma esmerada, visto que não foi atendido o disposto no Item "c", pois o texto indicado por esse MM. Juízo não restou disposto "em fundo branco, na mesma fonte e no mesmo tamanho do título ou texto mais destacado na página principal". O texto foi incluído em fundo diverso da cor branca e no tamanho 12px normal, enquanto que o título mais destacado na primeira página possui tamanho 18px negrito (doc. 16).

28. Ainda, além de não cumprir as ordens relativas à formatação básica da publicação, também é notório o descumprimento em relação ao conteúdo da notícia.

29. É que, por mera conveniência e nítida má-fé, a ANER adicionou à publicação trecho não determinado na decisão judicial, no mesmo campo reservado à notícia indicada pelo magistrado, fazendo com que os servidores, usuários do site, entendam que tal frase compõe o inteiro teor do que lhe foi determinado na decisão, quando, em verdade, não compõe. Transcrevemos a segunda frase inserida indevidamente pela ANER junto da frase que esse MM. Juízo determinou:

"Importante salientar que a ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS - ANER, possui legitimidade constitucional (art. 5º CF, art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI) e estatutária de defender e representar seus ASSOCIADOS junto as Esferas da Administração Pública, não se confundindo com a defesa e representação da categoria profissional exercida por entidade sindical."

**TRT**  
Moura  
Lampourier  
Viladarias  
Viladarias  
Advogados

104

1067

**B) Da sustentação pública quanto à existência da ANER Sindical**

31. Com efeito, o item 'a' determina que a ANER Sindical **se abstenha de se apresentar a qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, como entidade sindical que represente os interesses dos servidores das Agências Nacionais de Regulação, independentemente do cargo ocupado.** E o item 'b' determina que **"se abstenha da prática de qualquer ato em nome próprio ou em nome da categoria".** Tais determinações restaram também previstas na sentença.

32. A esse respeito, em mais um ato de completa deslealdade com a categoria e desrespeito pelas decisões deste processo, no dia 28/01/2013, a ANER publicou notícia pela qual afirma, com todas as palavras, que o MTE teria CONCEDIDO o registro sindical à ANER SINDICAL (doc. 17):

Ministério do Trabalho e  
Emprego reconhece a existência  
da  
CATEGORIA DAS CARREIRAS  
DOS SERVIDORES EFETIVOS  
DAS AGÊNCIAS REGULADORAS  
FEDERAIS(II)

Com o deferimento do Recurso Administrativo interposto pela ANERSindical quanto Registro Sindical, o Ministério do Trabalho e Emprego reitera a existência da categoria profissional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais, regidos pelas 10.871/04 e 10.768/03, integrantes das Carreiras de Especialista e Técnico em Regulação e de Analista e Técnico Administrativo.

33. Concluído, a realidade em nada reflete a notícia publicada pela ANER. O Secretário das Relações de Trabalho, conforme se depreende da cópia do processo administrativo anexa (doc. 18), apenas determinou que seja retomada a análise do pedido de registro sindical da entidade, razão pela qual promoveu a abertura do prazo para impugnação. Desse modo, resta claro que não foi proferida qualquer decisão pelo deferimento do registro sindical da ANER, o que não pode ser sequer presumido pela leitura do r. despacho (doc. 19);

### Pedido de registro sindical

SALIS Quadra 5 Bloco N Edifício Odeão Banes 401 e 412 CEP 70078-913 Brasília DF  
T. 55-61 3224-8475 F. 55-61 3223-4628 [www.salis.com.br](http://www.salis.com.br)

H

MLV

TRT  
Moura  
Lamounier  
Vasquez  
Vasquez  
Auvogados

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas Portarias nº. 43, de 22 de janeiro de 2009, e nº. 186, publicada em 14 de abril de 2008, na Nota Técnica Nº. 49/2013/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o Recurso Administrativo; DESARQUIVAR pedido de registro sindical publicado no DOU de 14/04/2010, Seção I, pág. 72, nº. 70 com fundamento nos artigos 53 e 54 da Lei nº 9784, de 29 de janeiro de 1999 e PUBLICAR o processo de pedido de registro de sindical nº 48206.002980/2009-16 do Sindicato Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais - ANER SINDICAL, CNPJ: 08.051.787/0001-95, para representar a categoria profissional dos servidores das carreiras de especialista e técnico em regulação e de analista e técnico administrativo das Agências Reguladoras Federais, ativos, inativos e seus pensionistas, com base territorial Nacional, para fins de publicidade e abertura de prazo para impugnações, ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria nº 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008.

34. Essa notícia foi divulgada não apenas em destaque no site da ANER ([www.anerbrasil.org.br](http://www.anerbrasil.org.br)), como também enviada, por e-mail, aos servidores públicos das Agências Reguladoras, nos seguintes termos (doc. 20):

De: Rogério Coutinho Pereira

Enviada em: segunda-feira, 28 de janeiro de 2013 15:28

Assunto: ENC: Um grande dia para analistas, técnicos e especialistas das Agências Reguladoras!

Caros amigos, o D.O.U. trouxe hoje a melhor notícia que poderíamos ter, com exceção da nossa futura equiparação ao Ciclo de Gestão e remuneração por subsídio.

Foi publicado na Seção I, p. 73 (abaixo transcrevo), o registro sindical da nossa legítima representante: ANER.sindical.

<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jspx?format=1&pagina=73&data=28/01/2013>

Em 25 de janeiro de 2013

Pedido de registro sindical.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas Portarias nº. 43, de 22 de janeiro de 2009, e nº. 186, publicada em 14 de abril de 2008, na Nota Técnica Nº. 49/2013/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o Recurso Administrativo;

DESARQUIVAR pedido de registro sindical publicado no DOU de 14/04/2010, Seção I, pág. 72, nº. 70 com fundamento nos artigos 53 e 54 da Lei nº 9784, de 29 de janeiro de 1999 e PUBLICAR o processo de pedido de registro de



MLVV

TRT  
Moura  
Lamounier  
Macedães  
Vulcania  
Advogados

sindical nº. 46206.002850/2008-16 do Sindicato Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais - ANER SINDICAT, CNPJ: 09.051.787/0001-95, para representar a categoria profissional dos servidores das carreiras de especialista e técnico em regulação e de analista e técnico administrativo das Agências Reguladoras Federais, ativos, inativos e seus pensionistas, com base territorial Nacional, para fins de publicidade e abertura de prazo para impugnações, ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria nº 186/2008, publicada no DOU em 14 de abril de 2008.

Este reconhecimento do Ministério do Trabalho de que somos uma categoria distinta dos nossos honrados colegas do Quadro Específico é importantíssimo para que nunca mais se repita o que vimos em 2012, uma guerra de interesses, com manipulação de informações, alegações falsas, desculpas esfarrapadas para fracasso previsível e – pior de tudo – sair de mãos abanando de uma greve história que custou e está custando muito esforço a todos nós.

Agora, teremos o equilíbrio de forças que sempre deveria ter existido: ANER.sindical representando os efetivos e o Sinagências, representando o Quadro Específico. Cada um lutando pelas conquistas que cada uma das categorias deseja. Tenho esperança de que possamos lutar juntos e deixar para trás essa guerra suja e luta por poder que por tanto prejudicaram tanto efetivos quanto específicos. Tenho certeza que os servidores do QE acabarão por se beneficiar também, com o fim da dupla representação e conflito de interesses dentro do sindicato deles.

Divulguem aos conhecidos, é hora de nos mobilizarmos, é hora dos servidores efetivos se filiarem (caso ainda não sejam) ao seu sindicato e mandar um recado forte ao MPQG: queremos nossa equiparação ao Ciclo de Gestão e nosso subsídio!

Que tempos melhores venham e que a ditadura sindical fique no seu lugar, uma memória distante a ser esquecida.

Atenciosamente,  
Rogério Coutinho Pereira, M.Sc.  
Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária.  
Gerência Geral de Medicamentos / ANVISA

35. Além disso, a matéria foi divulgada na página do facebook "Regulação Federal", merecendo maior destaque os comentários registrados pelo Diretor da ANER – Rogério Coutinho –, que faz questão de afirmar, em diversas postagens, que a ANER Sindical passou a ser a representante da categoria dos servidores efetivos das Agências Reguladoras (doc. 21).

SAUS Quadra 5 Bloco N Edifício OAS Salas 401 e 402 CEP 70670-913 Brasília DF  
T. 55 61 3224 6075 F. 55 61 3223 6076 [anv@anvisa.gov.br](mailto:anv@anvisa.gov.br)

13  
CBPA

MLVY

131  
Moura  
Lamounier  
Velazquez  
Vulcania  
Advogados

36. Dali, infere-se mais um ato de má-fé, contrário aos itens '1.a' e '1.b' da sentença, e itens '4.a' e '4.b' da decisão ora executada, de certo que a ANER voltou a sustentar, publicamente, não só a existência da ANER Sindical, mas também que a entidade teria conquistado o seu registro sindical, o que é absolutamente inverídico e absurdo.

37. O resultado de tantas artimanhas foi a destituição, no período de 28/01/2013 até 11/03/2013, de mais de 80 filiados (vide doc. 15), o que deixa evidente o prejuízo de representatividade que o SINAGÊNCIAS está amargando, em virtude da postura maldosa e mentirosa das entidades Executadas.

38. Destarte, a situação assim configurada aponta descumprimento de vários dispositivos da sentença, bem assim da decisão proferida por esse MM. Juízo, no dia 16/05/2012, devendo-se, portanto, incidir as multas aplicáveis, tal como previamente avisado.

39. Mas não foi somente nessas condutas que se configuraram os descumprimentos.

### C) Da suposta filiação da ANER à UGT e à CSPB

40. Ainda em referência aos itens 1.a' e '1.b' da sentença, e itens 'a' e 'b' da decisão, muito embora a determinação seja dirigida à ANER Sindical, é evidente que serve também, para a ANER (associação), uma vez que ambas as entidades atuam como se fossem apenas uma, sobretudo porque a ANER é que serve como "escudo" e meio para a manifestação da ANER Sindical. Logicamente, trata-se de solução bastante criativa para a prática de atos irregulares.

41. A par disso, sob a falsa premissa de que as determinações foram feitas tão somente à ANER Sindical, a ANER Associação tem atuado, de forma constante, perante o governo em nome da categoria. E o faz de forma suja, tentando burlar o sistema, a exemplo de uma suposta associação da entidade a uma Central Sindical (UGT) e a uma Confederação (CSPB). Sobre esse ponto, observe o teor das notícias publicadas no site da ANER ([www.anerbrasil.org.br](http://www.anerbrasil.org.br)):

42. Em 28/03/2012<sup>1</sup> (doc. 22):

<sup>1</sup> [http://www.anerbrasil.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=192226:ANER\\_e\\_UGT\\_no\\_Servico\\_Polico\\_Federal.html](http://www.anerbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=192226:ANER_e_UGT_no_Servico_Polico_Federal.html)

MLVV

 YRT  
 Moura  
 Lamounier  
 Valdeques  
 Volcanis  
 Advogados

FLS. 0018

100 PF 40

1407

A ANER é a UGT no Serviço Público Federal  
 Ontem (28/03), foi realizado em sua sede, o ATO DE FILIAÇÃO da ANER à UGT  
 - União Geral dos Trabalhadores. Presentes, autoridades do Governo,  
 dirigentes da UGT e da ANER.

Para Ricardo Patan, presidente da UGT, a filiação da ANER fortalece a  
 presença da UGT no serviço público federal. E para Paulo Mendes - presidente  
 da ANER, o apoio da UGT tem sido e será muito mais importante nas  
 negociações com o Governo.

43. Em 12/01/2013<sup>2</sup> (doc. 23):

ANER, agora junto com a CSPB, pressiona novamente o Governo pelo acordo

Com um MANIFESTO em mãos, com 1.554 assinaturas de Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais, em reunião ocorrida dia 10/01 na Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a ANER apresenta a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil / União Geral dos Trabalhadores como via legal para assinatura de acordo com os Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais, com a aceitação da proposta de reajuste remuneratório de 15,8%, em três anos, à semelhança de 97,5% das categorias do Serviço Público Federal.

A posição do secretário Sérgio Mendonça permanece a de cautela, dado que existe um sindicato que legalmente representa os dois quadros das Agências - Específico e Efetivo - e que rejeitou a proposta, embora tenha reafirmado a disposição do Governo pelo acordo.

Mendonça também declarou não saber se haverá nova chance, pelo Governo, de inclusão das Carreiras que não fecharam acordo em 2012 e que continuaram sem aceitação de acordo na janela de oportunidade oferecida em dezembro no PLDA, que só será votada a partir do início de fevereiro, na retomada das atividades parlamentares no Congresso Nacional.

[...]

Fernando Borges (CSPB) - Cumprimos o secretário Sérgio Mendonça e estamos aqui para reafirmar nosso compromisso com os Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais. Nosso objetivo é o de que a representatividade seja privilegiada, numa visão ampla, e a ANER tem, em relação ao quadro efetivo de Servidores, condição legal para participação no processo de negociação. Fazemos um apelo para que os Servidores Efetivos das ARs não sofram nenhum prejuízo

2

[http://www.queribuss2.org/Unidos.cspb/conten/Mvww2238/ANER agora junto com a CSPB pressiona novamente o Governo pelo acordo.html](http://www.queribuss2.org/Unidos.cspb/conten/Mvww2238/ANER%20agora%20junto%20com%20a%20CSPB%20pressiona%20novamente%20o%20Governo%20pelo%20acordo.html)

3º Andar - Bloco II - Edifício OAB - Setor 401 e 412 - CEP 70070-913 - Brasília, DF  
 T. 55 61 3624 6074 F. 55 61 3222 6576 [assessoria@cspb.org.br](mailto:assessoria@cspb.org.br)

15

CSPB

1

MLVY

 TST  
 Moura  
 Lamounier  
 Valadunes  
 Vilela  
 Advogados

com relação ao reajuste remuneratório proposto de 15,8%, em três anos, por razões de legalidade representativa.

E nesse sentido, gostaríamos que, até a retomada das atividades parlamentares ao Congresso, seja firmado um acordo, respaldado pela CSPB que, inclusive, tem mais condições legais do que qualquer outra Confederação de Servidores Públicos, com o acatamento, pelos Servidores Efetivos, do reajuste de 15,8%. Ainda, declaro que a CSPB está dando apoio inequívoco, hipotecando sua representatividade legal à ANER e participando das discussões negociais dos Servidores Federais a partir de agora.

44. Do teor das matérias, duas absurdas irregularidades podem ser extraídas: 1) mais uma vez a ANER se posiciona como se tivesse as prerrogativas que são constitucionalmente reservadas ao sindicato representante da categoria e 2) notícia a filiação [de uma associação] a uma Confederação (CSPB) e a uma Central Sindical (UGT), o que é impossível, à luz do ordenamento jurídico vigente, sobretudo se tiver por finalidade a realização de acordo com o Governo.

45. Ademais, num quadrante como este, convém anotar que inexiste a possibilidade da CSPB “hipotecar sua representatividade legal à ANER”, mormente porque nenhuma das duas entidades tem prerrogativa para negociar qualquer coisa. Veja.

46. Em primeiro lugar, toma-se imperioso destacar que o art. 8º da Constituição da República, em seu inciso III, assegurou a prerrogativa de negociação para os Sindicatos, não para as Confederações (tal como a CSPB) e muito menos para as Centrais Sindicais (a exemplo da UGT).

47. Em segundo lugar, o art. 534, *caput*, da CLT dispõe expressamente que é facultado aos sindicatos, quando em número não inferior a 5 (cinco), desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, organizarem-se em federação. Por sua vez, o art. 535 do mesmo diploma legal afirma que as Confederações organizar-se-ão com o mínimo de 3 (três) federações.

48. Daí o que se infere é que, em momento algum, a CLT autorizou que Associações fizessem parte de Confederações, já que foi expressa ao falar que as federações se formam por filiações de sindicatos e, por sua vez, as confederações se perfazem por filiações de federações.

49. Em terceiro lugar, além do art. 8º da CF/88 exigir Sindicato para firmar Convenção ou Acordo, pelo disposto no § 2º do art. 611 da CLT, uma Federação ou



MLV

ERT  
Moura  
Lamounier  
Vargas  
Vulcanis  
Advogados

Confederação SOMENTE pode firmar Convenção Coletiva de Trabalho para reger uma categoria se não existir correspondente sindicato (Inorganizado):

10.01.2023

1673

Art. 611 - Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.

§ 1º É facultado aos Sindicatos representativos de categorias profissionais celebrar Acordos Coletivos com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, que estipulem condições de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa ou das acordantes respectivas relações de trabalho.

§ 2º As Federações e, na falta desta, as Confederações representativas de categorias econômicas ou profissionais poderão celebrar convenções coletivas de trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas, inorganizadas em Sindicatos, no âmbito de suas representações. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967).

50. Contudo, essa não é a realidade da categoria representada pelo Sinagências.

51. Em quarto lugar, a UGT tem natureza jurídica de central sindical, cujas atribuições e prerrogativas foram devidamente elencadas na Lei nº 11.648/2008 (que dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências).

52. Por isso, a UGT deve observar e respeitar diversos requisitos para permitir a filiação de novos membros, sendo certo que o art. 1º da Lei em referência estabeleceu que apenas sindicatos podem ser filiados à ela:

Art. 1º A central sindical, entidade de representação geral dos trabalhadores, constituída em âmbito nacional, terá as seguintes atribuições e prerrogativas:

I - coordenar a representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais a ela filiadas; e

II - participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores.

Parágrafo único. Considera-se central sindical, para os efeitos do disposto nesta Lei, a entidade associativa de direito privado composta por organizações sindicais de trabalhadores. (Destacou-se)

53. Atente-se que, em momento algum, a Lei trata de associações e, muito pelo contrário, faz referência expressa às organizações sindicais, o que não inclui associações e, portanto, não engloba a ANER.

MLVY

TRT  
Moura  
Lamounier  
Advogadas  
Vocante  
Advogadas

54. No quadrante delineado, sendo a ANER uma associação e a UGT uma central sindical, pela leitura do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.648/2008, fica cristalino que a ANER não poderia ser filiada à UGT, haja vista que somente organizações sindicais podem ser filiadas à central sindical.

55. Com isso, resta patente que a filiação da ANER à UGT não observou os pressupostos de validade para que fosse regular e surtisse efeitos jurídicos, o que a torna nula de pleno direito, simplesmente por não haver a possibilidade de que uma associação seja filiada a uma central sindical.

56. Em face disso, a informação então veiculada pela ANER é, no mínimo, asdrúxula e segue o padrão de comportamento mentiroso e audacioso da entidade, que insiste em ignorar as Leis vigentes no País, em total desrespeito com a categoria que diz representar.

#### D) Da atuação da ANER em nome da categoria

57. Todas as matérias até aqui expostas evidenciam a prática constante da ANER em representar a categoria dos servidores públicos das Agências Reguladoras. Mas, em outras matérias, esse costume é apontado de forma ainda mais evidente.

58. Exemplo disso, no que diz respeito à associação da ANER à UGT, no dia 25/02/2013, foi publicada matéria no sítio eletrônico da UGT (doc. 24), a qual relata uma reunião entre os Senhores Sérgio Mendonça, Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público, Ricardo Palah, Presidente da UGT, Lineu Manzano, Secretário Nacional dos Servidores Públicos e Paulo Mendes, Presidente da ANER.

59. Na referida entrevista, o Sr. Paulo Mendes dá a entender, mais uma vez, que a ANER tem legitimidade para atuar como se sindicato fosse, o que já foi longamente debatido e decidido pela Justiça do Trabalho no sentido de essa entidade **NÃO TEM LEGITIMIDADE PARA ATUAR COMO SINDICATO** e, portanto, não deve participar de reuniões em nome da categoria. Segue o teor da entrevista, bem como o link que dá acesso a ela:

**Sérgio Mendonça anuncia na UGT criação de grupo de trabalho para regulamentar a Convenção 151**

Ainda no primeiro semestre deste ano, a presidenta Dilma Rousseff deve assinar uma medida criando um grupo de trabalho para discutir a regulamentação da

18

BR/RS - Quadra 5 Bloco K Edifício CUB Setor 401 e 412 - CEP 91070-413 Brasília-DF  
T. 65 65 3224 8075 F. 65 61 3223 4535 [www.trtbr.com.br](http://www.trtbr.com.br)

MLVY

TRT  
Moura  
Lamounier  
Veredres  
Vieira  
Advogados

Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. A afirmação é de Sérgio Mendonça, Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público.

Mendonça participou na sexta-feira, 22, de uma reunião na sede da União Geral dos Trabalhadores - UGT, em São Paulo, com o presidente Ricardo Patan, o secretário Nacional dos Servidores Públicos, Lineu Manzano, e Paulo Mendes, presidente da ANER. A regulamentação da Convenção 151 é uma das principais reivindicações dos servidores públicos que, segundo Manzano, somam no País 11 milhões de trabalhadores, incluindo os servidores estaduais, municipais e federais.

Na reunião, que também contou com a presença de vários diretores da UGT, Sérgio Mendonça assumiu o compromisso de que não irá tratar de negociação do quadro efetivo enquanto não for resolvida a questão da representação das entidades reguladoras. Para Paulo Mendes, presidente da ANER, essa é uma medida muito importante para todos os trabalhadores que a entidade representa, pois a expectativa é muito grande, uma vez que a resolução pode dar à entidade seu registro definitivo.

Lineu Manzano lembrou a Sérgio Mendonça que a UGT representa uma grande parcela dos servidores públicos, pois nos últimos meses diversos sindicatos se filiaram à Central e que na entidade existe o consenso de que serão feitos grandes avanços a partir do momento em que se criar um grupo de trabalho para regulamentar a Convenção 151. O secretário nacional do Servidor Público assegurou que regulamentar a negociação na categoria é um passo histórico, pondo fim aos conflitos entre os servidores e os governos. Lineu destacou que, apesar da Constituição de 1988 dar ao servidor público o direito à greve, é necessário criar mecanismos que regulem a negociação entre as partes.

Sérgio Mendonça garantiu ainda que na Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público, os servidores federais têm um canal de negociação e que sua visita à UGT tinha por objetivo construir um diálogo entre o Governo e as Centrais, principalmente em relação aos servidores públicos.

<http://www.ugt.org.br/NoticiasZoom.asp?ReckId=5435&RowId=36150000>

60. A ANER, por sua vez, no dia 26/02/2013<sup>3</sup>, ou seja, 2 dias depois de publicada a notícia acima no site eletrônico da UGT, publicou a mesma notícia em seu site (doc. 25):

**Sérgio Mendonça assume compromisso de não tratar de temas do Quadro Efetivo enquanto não for resolvida a questão da representação dos Servidores das ARs**

O secretário da SRT/ANPOG participou, na última sexta-feira (22/2), de reunião na sede da União Geral dos Trabalhadores - UGT, em São Paulo, com o presidente Ricardo Patan, o secretário Nacional dos Servidores Públicos, Lineu Manzano, Paulo Mendes - presidente da ANER, o deputado federal Ademir Camilo - vice-presidente da UGT, o secretário geral Francisco Canindé

3

[http://www.anerbrasil.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2241:S%C3%A9rgio%20Mendon%C3%A7a%20assume%20compromisso%20de%20n%C3%A3o%20tratar%20de%20temas%20do%20Quadro%20Efetivo%20enquanto%20n%C3%A3o%20for%20resolvida%20a%20quest%C3%A3o%20da%20representa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Servidores%20das%20ARs&Itemid=19](http://www.anerbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2241:S%C3%A9rgio%20Mendon%C3%A7a%20assume%20compromisso%20de%20n%C3%A3o%20tratar%20de%20temas%20do%20Quadro%20Efetivo%20enquanto%20n%C3%A3o%20for%20resolvida%20a%20quest%C3%A3o%20da%20representa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Servidores%20das%20ARs&Itemid=19)

19

MLVY

TRT  
Moura  
Lamounier  
Valadares  
Vieira  
Advogados

e o secretário de Organização e Políticas Sindicais, Francisco Pereira da  
Sousa Filho (Chiquinho).

Na reunião, que também contou com a presença de vários diretores da UGT,  
Sérgio Mendonça assumiu o compromisso de não tratar de negociação do  
Quadro Efetivo enquanto não for resolvida a questão de representação dos  
Servidores das Agências Reguladoras Federais. Para Paulo Mendes  
Presidente da ANEP, essa é uma medida muito importante para todos os  
Servidores Efetivos, cuja categoria já foi reconhecida como legítima pelo  
Ministério do Trabalho e Emprego, e que têm parias próprias, aladas somente  
nessas

61. A notícia comporta nítida e contínua violação ao disposto no item "a" da 2ª  
decisão proferida. Ou seja, quer fazer crer essa entidade que ela tem agido em nome da  
categoria e que as disputas relativas à representatividade têm provocado prejuízos aos  
servidores, quando, em verdade, esta questão está completamente pacificada no seio da  
Justiça, sob a égide constitucional da coisa julgada material.

62. Ora, ao contrário do que dizem que o Secretário Sérgio Mendonça declarou na  
referida reportagem, não há qualquer questão a ser resolvida quanto à legitimidade  
sindical. Essa Justiça do Trabalho, em todas as instâncias, confirmou o Sinagências  
como ÚNICO sindicato com legitimidade para falar em nome da carreira dos servidores  
das agências nacionais de regulação. Portanto, NÃO HÁ CONFUSÃO DE  
REPRESENTAÇÃO.

63. O que está acontecendo é nada mais, nada menos, do que uma violação, um  
descumprimento das decisões proferidas pela Justiça trabalhista e que esse MM.  
Juízo não pode permitir que aconteça, sob pena de colocar em xeque a  
credibilidade das instituições que regulam as questões trabalhistas em nosso País.

64. A propósito, é imperioso elencar as diversas matérias publicadas com o enfoque  
ora talado.

65. Em 12/12/2012\* (doc. 26):

4  
[http://www.anep.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2273:Servidores\\_Efetivos\\_apresenta\\_Manifesto\\_a\\_favor\\_da\\_158\\_em\\_158\\_ano\\_e\\_a\\_pauta\\_historica\\_da\\_categoria\\_que\\_conseguiram\\_sobreviver\\_com\\_incorporação\\_da\\_GQ\\_universalizante](http://www.anep.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2273:Servidores_Efetivos_apresenta_Manifesto_a_favor_da_158_em_158_ano_e_a_pauta_historica_da_categoria_que_conseguiram_sobreviver_com_incorporação_da_GQ_universalizante)

CRB



MLVY

RT  
Moura  
Lamounier  
Vetarianes  
Vulcania  
Advogados

**Servidores Efetivos aprovam Manifesto a favor de 15.8% em três anos e pauta histórica da categoria - que contempla subsídio com incorporação da GQ universal**

10/11/2012

Em Assembleia Deliberativa nesta noite (12/12), na sede da ANER, diante da janela de oportunidade sinalizada pelo Governo para as Carreiras do Serviço Público Federal que não fecharam acordo em 2012, os Servidores Efetivos decidiram:

. Aceitar o percentual de reajuste de 15.8% - 2013, 2014, 2015 - que, diferentemente das demais Carreiras da Estado, foi vilipendiado pelos negociadores presentes à Mesa de Negociação de 2012 para a Categoria e Carreiras dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais, que obtiveram a proposta de índices de 0,46% em 2013, 4,86% em 2014 e 4,23% em 2015, totalizando 9,55%;

. manter a pauta histórica da categoria, aprovada em AGO da ANER de 25/10/2012, para as negociações em 2013, que traz como ponto principal a remuneração por subsídio, com incorporação da GQ universal para todas as Carreiras do Quadro Efetivo, cuja negociação já foi iniciada e sinalizada positivamente em 2012;

. fazer circular e assinar um Manifesto, com as disposições acima, a ser entregue pela ANER, NA PRÓXIMA SEMANA, às autoridades governamentais, de forma que a decisão da categoria seja respeitada e considerada pelo Governo, a despeito da não participação da ANER nas negociações e a despeito da posição manifestada pelos negociadores que são consultados pelo Governo.

**É MUITO IMPORTANTE QUE TODOS OS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS ASSINEM O MANIFESTO E ENTREGUEM ATÉ O INÍCIO DA PRÓXIMA SEMANA!!!**

**NÃO PODEMOS PERDER O BONDE!!!  
A NÃO ACEITAÇÃO DO PERCENTUAL DE REAJUSTE DE 15.8% EM TRÊS ANOS SIGNIFICA, PRINCIPALMENTE, UM DISTANCIAMENTO CADA VEZ MAIOR DAS CARREIRAS DO CICLO DE GESTÃO, COM AS QUAIS REIVINDICAMOS EQUIPARAÇÃO.**

**IMPRIMA O MANIFESTO....PEGUE A ASSINATURA DOS COLEGAS EM SUA SALA DE TRABALHO...**

**NÃO SE PREOCUPE COM EVENTUAL DUPLICIDADE, O IMPORTANTE É ASSINAR, FIRMANDO A POSIÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS. CADA FOLHA DO MANIFESTO ASSINADA PODE SER ESCANEADA E ENVIADA VIA E-MAIL PARA (MAS, GUARDE COM VOCÊ O ORIGINAL!!!):**  
**servidores.efetivos@gmail.com**

MLV

RT  
Moura  
Lamounier  
Pereira  
Vulcanis  
Advogados

SE VOCÊ ESTIVER EM BRASÍLIA, TAMBÉM PODE LIGAR PARA A ANER QUE UM EMISSÁRIO IRÁ AO SEU ENCONTRO PARA PEGAR O MANIFESTO COM AS ASSINATURAS.

100% / 100%  
100%

(Caso outras listas, de outras iniciativas ou entidades, estiverem circulando, assine também!!) No entanto, apenas as enviadas a esse e-mail ou em poder da ANER poderão compor o conjunto que ações pela nossa Categoria)

**É HORA DE MOBILIZAÇÃO!!!  
É HORA DE CUIDARMOS DE NOSSAS CARREIRAS!!!**

66. Veja que no bojo dessa notícia a ANER informa que estaria adotando providências em nome da categoria, desobedecendo expressamente o disposto no item "a" da decisão proferida pelo MM. Juízo da 6ª Vara do Trabalho, pela qual determinou que a ANER retirasse do seu sítio eletrônico todas as referências à sua condição de legítima representante da categoria dos servidores das agências reguladoras.

67. Em 19/12/2013<sup>5</sup> (doc. 27):

**ANER entrega em mãos assinaturas no MANIFESTO dos Servidores Eletivos ao secretário da SRTMPOG**

Na manhã desta quarta-feira (19/12), representantes da ANER, acompanhados do deputado federal João Dado (PDT/SP), estiveram reunidos com o secretário da SRTMPOG, Sérgio Mendonça. Na pauta, a entrega, em mãos, do MANIFESTO dos Servidores Eletivos, com o consolidado, até a noite de ontem, de 1.062 assinaturas, onde declaram a aprovação da proposta de reajuste remuneratório de 15,6% em três anos.

E, ao final da tarde, tomaram conhecimento da decisão do Congresso de somente votar a proposta de Orçamento de 2013 a partir de 5 de fevereiro de 2013.

68. Anote-se, por oportuno, que o SINAGÊNCIAS, sindicato da categoria, realizou assembleias deliberativas ao redor de todo o País, sendo unânime a decisão de rejeição da proposta, ao contrário do afirmado pela ANER (doc. 28).

69. Em 25/01/2013<sup>6</sup> (doc. 29):

[http://www.aner.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2282:ANER-entrega-em-maos-assinaturas-no-MANIFESTO-dos-Servidores-Eletivos-ao-secretario-da-SRTMPOG&Itemid=1](http://www.aner.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2282:ANER-entrega-em-maos-assinaturas-no-MANIFESTO-dos-Servidores-Eletivos-ao-secretario-da-SRTMPOG&Itemid=1)

SAUS Quadra 5 Bloco II Edifício OAB Setor 401 e 412 CEP 70070-613 Brasília DF  
T 60 61 3224 0075 F. 60 61 3225 4326 [aner@aner.org.br](mailto:aner@aner.org.br)

72

72  
CABM

MLVV

TRT  
Moura  
Lamounier  
Mendes  
Vargas  
Azevedo

A ANER, com o apoio de três das grandes Centrais Sindicais – UGT/CTB/ANFV Central – e da CSPB, exigem assinatura de Acordo para a Categoria dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais.  
Intransigência dos negociadores formais prejudica TODOS os Servidores das Agências Reguladoras

100% - 100%  
100%

Em vias de recomeçar os trabalhos no Legislativo, com consequente violação do PLOA, entidades representativas intensificam esforços para que os Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais sejam contemplados com o reajuste de 15,6%, em três anos, a exemplo da grande maioria das demais categorias do Serviço Público Federal.

Na reunião de ontem com o secretário da SRT/MPOG a ANER, com o respaldo legal e apoio irrestrito da União Geral dos Trabalhadores (solicitante, inclusive, da reunião) e da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, cobra uma posição do Governo e deixa claro que não aceitará que os Servidores Efetivos, mais uma vez, sejam prejudicados.

Os três presidentes – Paulo Mendes (ANER); Ricardo Patat (UGT); e, João Domingos dos Santos (CSPB) – dividem o entendimento de que o Governo está escolhendo com quem negociar. E o secretário Sérgio Mendonça reconhece que há duas categorias nas Agências – os Servidores do Quadro Efetivo e os Servidores do Quadro Específico – com demandas e disposições diferentes e quer escutar os dirigentes das ARs.

Novo consolidado do Manifesto dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais é entregue ao secretário da SRT/MPOG com 1.610 assinaturas.

70. Em 31/01/2013 (doc. 30):

**Contratação de Temporários na ANVISA - Ministério Público Federal instaura Inquérito**

A partir da representação da ANER, o Ministério Público Federal publicou hoje, no DOU, a instauração de inquérito para apuração de supostas irregularidades quanto à contratação de trabalhadores temporários pela ANVISA.

[http://www.anerbrasil.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2305:ANER-com-o-apoio-de-tres-das-grandes-centrais-sindicais-ugt-ctb-anfv-central-e-da-cspb-exigem-assinatura-de-acordo-para-a-categoria-dos-servidores-efetivos-das-agencias-reguladoras-federais.html](http://www.anerbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2305:ANER-com-o-apoio-de-tres-das-grandes-centrais-sindicais-ugt-ctb-anfv-central-e-da-cspb-exigem-assinatura-de-acordo-para-a-categoria-dos-servidores-efetivos-das-agencias-reguladoras-federais.html)

[http://www.anerbrasil.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2303:Contratacao-de-Temporarios-na-ANVISA-Ministerio-Publico-Federal-instaura-inquerito.html](http://www.anerbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2303:Contratacao-de-Temporarios-na-ANVISA-Ministerio-Publico-Federal-instaura-inquerito.html)

23  
CSPB

MLVY

TRT  
Moura  
Lamounier  
Majadare  
Vucanis  
Advogados

Na explicação o MPF diz que a intenção do ato está em desconformidade com o interesse público, bem como sem qualquer enquadramento nas hipóteses legais. Para o órgão, há a possível ausência de justificativa para a contratação, haja vista eventual prejuízo às atividades da Agência Reguladora em atender a demanda crescente, por meio de contratações precárias e sem o aumento no número de Servidores Efetivos.

**ENTIDADE REPRESENTATIVA TEM QUE LUTAR PELOS SEUS REPRESENTADOS!!!**

#### **ANCINE**

Também fruto de representação da ANER, o Ministério Público do Trabalho, em 17/01, recomendou em audiência que não haja contratação de temporários pela ANCINE, já autorizada por Portaria Interministerial. E que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorize de imediato a realização de concurso público para os cargos, em caráter efetivo.

#### **ATA DE AUDIÊNCIA - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

**E CONTINUA A CAMPANHA PELA ASSINATURA DO MANIFESTO!!!**

**São essas assinaturas que estão demonstrando a força das Carreiras dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais - agora reconhecidas como CATEGORIA pelo Ministério do Trabalho e Emprego!!!**

Para participar, basta imprimir o **MANIFESTO**, colher assinaturas, escanear e enviar para [servidores.efetivos@gmail.com](mailto:servidores.efetivos@gmail.com)  
**A LUTA CONTINUA!!!**

**É UM NOVO TEMPO PARA OS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS!!!**

71. Em 05/02/2013<sup>o</sup> (doc. 31):

Permanece o impasse quanto ao reajuste para os Servidores Efetivos das ARs

**Entidades representativas - ANER / CSPB / UGT** - com o apoio das Centrais CTB e Nova Central continuam empenhadas na conquista do reajuste de 15,8%, em três anos, para as Carreiras do Quadro Efetivo das Agências Reguladoras.

[http://www.anerfurf.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2326&Itemid=2](http://www.anerfurf.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2326&Itemid=2) Permanece o impasse quanto ao reajuste para os Servidores Efetivos das ARs.html



MLVV

TRT  
Moura  
Lemounier  
Vasconcelos  
Vieira  
Advogados

FLS 0028

100 RLS/2013

1501

Apesar de todo esforço feito pelos Servidores Efetivos, ANER, CSPB, UGT, CTB, Nova Central, dirigentes das Agências, entre outras autoridades do Governo, a SRT/MPOG permaneceu condicionando qualquer benefício para o Quadro Efetivo das ARs à vontade do Sinagências.

A CSPB, única Confederação com registro sindical e legitimidade representativa dos Servidores Públicos, estuda medida judicial a ser tomada contra o que considera um desrespeito, pelo Governo, à vontade expressa por milhares de Servidores Efetivos, integrantes de uma categoria, e à representatividade de uma Associação (a Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais - ANER), de uma Confederação (a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB) e de uma Central Sindical (a União Geral dos Trabalhadores - UGT).

Desde dezembro, quando foi aberta a janela de oportunidade pelo Governo, de inclusão das Carreiras que não haviam firmado acordo em 2012, no PLOA de 2013, com o reajuste de 15,8%, em três anos, as entidades representativas - ANER, CSPB e UGT, com apoio da Nova Central e da CTB - mantiveram-se favoráveis ao acordo para a categoria, inclusive com a entrega de Manifesto com mais de 1.600 assinaturas ao secretário da SRT/MPOG. No entanto, esse empenho não foi considerado por Sérgio Mendonça e a intransigência dos negociadores ouvidos pelo Governo, como representantes dos Servidores das ARs, em nada contribuiu para a solução da questão.

Com a votação do PLOA e sem a inclusão dessas Carreiras, é patente o prejuízo sofrido pelos Servidores Efetivos, que ficaram sem o reajuste concedido a todas as categorias do Serviço Público Federal a partir de março deste ano, distanciando-os ainda mais das Carreiras do Ciclo de Gestão, com as quais a equiparação é pelo histórico.

A ANER parabeniza todos os Servidores Efetivos que, num ato de união e força, assinaram e encaminharam, até a data de hoje, o MANIFESTO DOS SERVIDORES EFETIVOS, que soma mais de 1.600 assinaturas!!!

Nesta semana os trabalhos do Congresso Nacional estão sendo retomados e deve haver a votação do orçamento de 2013. O MANIFESTO, que hoje encerra a atividade de coleta de assinaturas, cumpriu com o seu objetivo de demonstrar a sinergia de uma CATEGORIA em torno de suas demandas, e a partir de agora será importante instrumento nas negociações de 2013!!!

NÃO PODEMOS ESQUECER...

E os conhecimentos de todos que o Ministério do Trabalho e Emprego reconheceu a CATEGORIA DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGENCIAS REGULADORAS FEDERAIS. Assim, em 2013 não será como em 2012

H

25

BRAS Quadra 5 Bloco IV Edifício CUB Salas 401 e 412 CEP 70070-913 Brasília DF  
T. 61 3224 6071 F. 61 3223 0326 [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)

Handwritten signature and initials.

MLV

TRT  
Moura  
Lamounier  
Mendes  
Vilela  
Advogados

**Um NOVO TEMPO vai começar para os Servidores Efetivos!!!**

FLS. 0079

72. Em 19/02/2013, a ANER chegou ao ponto de noticiar a Impetração de Mandado de Segurança, em nome da categoria, para fins de conquista de acordo com o Governo<sup>9</sup> (doc. 32).

**ANER VAI À JUSTIÇA PARA GARANTIR O AUMENTO PARA OS SERVIDORES EFETIVOS DAS ARs**

A ANER, como litisconsorte, e a CSPB entram com mandado de segurança, com pedido de liminar, contra a Ministra de Estado do MPOG

Na peça jurídica, contra o ato omissivo da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, protocolada ontem (19/02) no Superior Tribunal de Justiça - STJ as entidades representativas pedem também a concessão de liminar para determinar que a autoridade envie, em caráter de urgência, mensagem aditiva à Senhora Presidente da República, para fins de inclusão da **Categoria dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais** no acordo que será objeto do ato normativo concessivo do reajuste linear de 15,8% aos Servidores Públicos Federais, no triênio 2013/2015, também para garantir a igualdade de tratamento, como requer o texto constitucional e demais normas aplicáveis. A urgência, ainda de acordo com o pedido, reside no fato de que o Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA, encontra-se na iminência de ser aprovado, sem a inclusão dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais no reajuste anunciado, muito embora a aquiescência desses no acordo tenha se dado em dezembro de 2012.

73. Em 07/03/2013<sup>10</sup> (doc. 33), quanto ao mesmo assunto, ainda ressaltou:

A ANER não desistirá de garantir o que é DIREITO dos Servidores Efetivos

A ANER, como litisconsorte, e a CSPB - que têm unido todos os esforços em prol dos Servidores Efetivos das ARs - entram com Agravo Regimental contra a decisão monocrática que extinguiu o Mandado de Segurança, com pedido de liminar, contra a Ministra de Estado do MPOG.

No Mandado de Segurança impetrado dia 19/02, no Superior Tribunal de Justiça - STJ - contra o ato omissivo da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, as entidades representativas pediram, também, a

9

[http://www.enerbras.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2335:ANER\\_VAI\\_A\\_JUSTICA\\_PARA\\_GARANTIR\\_O\\_AUMENTO\\_PARA\\_OS\\_SERVIDORES\\_EFETIVOS\\_DAS\\_ARs.html](http://www.enerbras.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2335:ANER_VAI_A_JUSTICA_PARA_GARANTIR_O_AUMENTO_PARA_OS_SERVIDORES_EFETIVOS_DAS_ARs.html)

10

[http://www.enerbras.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2344:A\\_ANER\\_nao\\_desiste\\_de\\_garantir\\_o\\_que\\_e\\_DIREITO\\_dos\\_Servidores\\_Efetivos.html](http://www.enerbras.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2344:A_ANER_nao_desiste_de_garantir_o_que_e_DIREITO_dos_Servidores_Efetivos.html)

26

MLV

ERT  
Moura  
Lamounier  
Vatagares  
Vucants  
Advogados

concessão de liminar para determinar que a autoridade envie, em caráter de urgência, mensagem editiva à Senhora Presidente da República, para fins de inclusão da Categoria dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais, no acordo que será objeto do ato normativo concessivo do reajuste linear de 15,8% aos Servidores Públicos Federais, no triênio 2013/2015, também para garantir a igualdade de tratamento, como requer o texto constitucional e demais normas aplicáveis. A urgência, ainda de acordo com o pedido, reside no fato de que o Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA, encontra-se na iminência de ser aprovado, sem a inclusão dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais no reajuste anunciado, muito embora a aquiescência desses no acordo tenha se dado em dezembro de 2012.

Associado ANER,

ajude a fortalecer a nossa categoria.

Mostre o trabalho de nossa entidade representativa aos colegas que ainda não são filiados e convide-os a fazer parte e a somar esforços conosco.

A ANER só tem um objetivo.

O fortalecimento e valorização dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais!!

74. Em 22/03/2013<sup>11</sup> (doc. 34):

#### ANER PARTICIPA DA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO E CONGRATULA NOVO MINISTRO DO MTE

O novo ministro tomou posse no sábado, dia 16, após reforma ministerial anunciada pela presidente Dilma Rousseff, mas a cerimônia de transmissão de cargo de ministro de Estado do Trabalho e Emprego para o ministro Manoel Dias ocorreu ontem, quinta-feira (21/03), às 16 horas, no auditório do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em Brasília.

O presidente da ANER - Paulo Mendes - esteve na cerimônia, levando o seu abraço e o apoio da categoria dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais, recém reconhecida pelo Ministério, e da UGT!

75. Logo, a atuação da ANER em nome da categoria e se comportando como se sindicato fosse (e não somente em nome dos seus associados e com funções meramente associativas) é muito evidente, conforme se extrai de TODAS as matérias destacadas.

<sup>11</sup>[http://www.anerbrasil.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2353:ANER-PARTICIPA-DA-CERIMONIA-DE-TRANSMISSAO-DO-CARGO-E-CONGRATULA-NOVO-MINISTRO-DO-MTE:Nov](http://www.anerbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2353:ANER-PARTICIPA-DA-CERIMONIA-DE-TRANSMISSAO-DO-CARGO-E-CONGRATULA-NOVO-MINISTRO-DO-MTE:Nov)

MLV

TRT  
Moura  
Lamounier  
Advogados  
Vulcane

76. Por isso, não se pode ignorar a irregularidade dessa conduta que, muito além de prejudicar a atuação do SINAGÊNCIAS, prejudica a categoria que a ANER diz representar, a ponto do Secretário de Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão supostamente dizer que não negociaria com a categoria.

## DAS MULTAS POR DESCUMPRIMENTO A SEREM EFETIVAMENTE APLICADAS

77. Apontadas todas as condutas praticadas pelas Executadas, ao longo dos últimos meses e que estão manifestamente destoantes dos termos da ordem exarada por esse MM. Juízo, a execução das multas aplicadas no bojo da decisão descumprida é medida que se impõe.

78. Isso porque, como visto, está bastante evidente que a ANER e a ANER Sindical não se intimidam com decisões judiciais, tampouco respeitam a força que delas emanam. Assim, ao que tudo indica, tão somente a efetiva cobrança de multa de caráter pecuniário e punitivo poderá surtir o efeito necessário para ensejar numa mudança de conduta das Executadas.

79. Desse modo, convém reprisar os termos da parte dispositiva da decisão:

4. Assim, ante o trânsito em julgado da decisão prolatada nestes autos e o evidente descumprimento das ordens judiciais nela contempladas, determino, na forma do que preceitua o art. 461, § 5º, do CPC, que a ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS - ANER, em 15 dias:

- a) retire de seu sítio eletrônico todas as referências à sua condição de legítima representante da categoria dos servidores das agências reguladoras;
- b) retire de seu sítio eletrônico todas as referências ao SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS - ANER SINDICAL como representante da categoria dos servidores das agências reguladoras;
- c) inclua nota de esclarecimento no topo da página principal de seu sítio eletrônico na rede mundial de computadores, em texto digitado em cor preta em fundo branco, na mesma fonte e no mesmo tamanho do título ou texto mais destacado na página principal, com o seguinte teor: "Por força da decisão transitada em julgado nos autos do Processo nº 0077000-45.2009.5.10.0006, em 24 de outubro de 2011, o SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DAS AGÊNCIAS NACIONAIS DE REGULAÇÃO - SINAGÊNCIAS foi reconhecido como ÚNICA entidade sindical com poderes de representação



MLVY

RT  
Moura  
Limaunier  
Velazquez  
Vulcania  
Advogados

da categoria dos servidores das agências reguladoras federais, independentemente de seu regime funcional”;

d) inclua a íntegra da sentença prolatada nestes autos, disponível no sítio eletrônico do TRT da 10ª Região ([www.trt10.jus.br](http://www.trt10.jus.br)), dentro do link ASSESSORIA JURÍDICA/CONSULTA DE PROCESSOS na página da mencionada associação na rede mundial de computadores;

e) cumpra a decisão na forma e prazo assinalados, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), enquanto perdurar a desobediência à ordem judicial, sem prejuízo da adoção de medidas para suspensão judicial temporária do funcionamento do sítio eletrônico da segunda reclamada até que se adequa aos comandos judiciais aqui explicitados.

Expeça-se mandado de notificação para a segunda reclamada, entregando-lhe cópia desta decisão.

Publique-se. Cumpra-se.

Brasília, 16 de maio de 2012.

Antônio Umberto de Souza Júnior  
Juiz Titular da 6ª VT de Brasília/DF

80. Notadamente, restam descumpridos os itens 4 'a', 'b', 'c' e, por conseguinte, o item 'e' da decisão. Logo, a par da data de publicação de cada notícia indicada, bem assim considerando-se que a decisão executada aplicou multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pelo descumprimento da ordem, tem-se o seguinte quadro de valores a serem executados:

DATA	DESCRIÇÃO	CATEGORIA	VALOR	VALOR TOTAL
23/08/2012 (doc. 16)	Nota de esclarecimento diversa dos padrões determinados na decisão	C	225 255	R\$ 1.275.000,00
12/12/2012 (doc. 26)	Publicação da matéria: Servidores Efetivos aprova Manifesto a favor de 15,8% em três anos e pauta histórica da categoria - que contempla subsídio com incorporação da GQ universal	A	114	R\$ 570.000,00

MLV

TRT  
Moura  
Lamounier  
Meladanes  
Vulcano  
Advogados

FES 0031

1000  
1500

10/12/2012 (doc. 27)	Publicação da matéria: <b>ANER entrega em mãos as assinaturas no MANIFESTO dos Servidores Efetivos ao secretário da SRT/MPOG</b>	A	107	R\$ 585.000,00
19/01/2013 (doc. 23)	Publicação da matéria: <b>ANER, agora junto com a CSPB, pressiona novamente o Governo pelo acordo</b>	A	76	R\$ 328.000,00
25/01/2013 (doc. 29)	Publicação da matéria: <b>A ANER, com o apoio de três das grandes Centrais Sindicais – UGTICTB/Mova Central – e da CSPB, exigem assinatura de Acordo para a Categoria dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais</b>  <b>Intransigência dos negociadores formais prejudica TODOS os Servidores das Agências Reguladoras</b>	A	70	R\$ 350.000,00
28/01/2013 (doc. 17)	Publicação da matéria: <b>Ministério do Trabalho e Emprego reconhece a existência da CATEGORIA DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS!!!</b>	A e B	67	R\$ 335.000,00
28/01/2013 (doc. 20)	Envio do seguinte e-mail aos servidores das agências: <b>Assunto: EMC: Um grande dia para analistas, técnicos e especialistas das Agências Reguladoras!</b>	A e B	67	R\$ 335.000,00
31/01/2013 (doc. 30)	Publicação da matéria: <b>Contratação de Temporários na ANVISA - Ministério Público Federal</b>	A e B	64	R\$ 320.000,00

*[Handwritten signatures and initials]*

TRT  
Moura  
Lamounier  
Valadães  
Vulcane  
Advogados

	instaura inquérito			
05/02/2013 (doc. 31)	Publicação da matéria: Permanece o impasse quanto ao reajuste para os Servidores Efetivos das ARs  Entidades representativas - ANER / CSPB / UGT - com o apoio das Centrais CTB e Nova Central continuam empenhadas na conquista do reajuste de 15,8%, em três anos, para as Carreiras do Quadro Efetivo das Agências Reguladoras.	A e B	99	R\$ 295.000,00
19/02/2013 (doc. 32)	Publicação da matéria: ANER VAI À JUSTIÇA PARA GARANTIR O AUMENTO PARA OS SERVIDORES EFETIVOS DAS ARs	A	45	R\$ 225.000,00
26/02/2013 (doc. 25)	Publicação da matéria: Sérgio Mendonça assume compromisso de não tratar de temas do Quadro Efetivo enquanto não for resolvida a questão da representação dos Servidores das ARs	A	38	R\$ 190.000,00
07/03/2013 (doc. 33)	Publicação da matéria: A ANER não desistirá de garantir o que é DIREITO dos Servidores Efetivos	A	29	R\$ 145.000,00
22/03/2013 (doc. 34)	Publicação da matéria: ANER PARTICIPA DA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO E CONGRATULA NOVO MINISTRO DO MTE	A	14	R\$ 70.000,00

\* Valores e notícias apurados até o dia 05/04/2013.

81. Destarte, da planilha infere-se que o valor devido, a título de execução das multas, até o dia 05/04/2013, é de R\$ 1.275.000,00 (um milhão e duzentos e setenta e cinco mil reais), eis que este é o montante que representa a maior quantia apurada, entre os vários descumprimentos judiciais apontados.

MLV

TRT  
Moura  
Lamounier  
Vulcanis  
Advogados

82. Além disso, tendo em vista o uso regular do site [www.anerbrasil.org.br](http://www.anerbrasil.org.br) para publicar matérias mentirosas, pugna também pela aplicação da parte final da decisão executada, para determinar a suspensão judicial temporária do funcionamento do referido sítio eletrônico, até que haja a adequação plena de todos os comandos judiciais contidos na decisão.

83. Outrossim, constatando-se a reincidência das Execuladas nos atos de má-fé praticados em face do SINAGÊNCIAS, requer também que Vossa Excelência oficie o Ministério Público do Trabalho, para apurar a prática do crime previsto no art. 330 do Código Penal, bem assim o Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a fim de que tomem conhecimento acerca da legitimidade exclusiva do SINAGÊNCIAS para tratar dos interesses da categoria dos Servidores Públicos Federais das Agências Nacionais de Regulação, independentemente do cargo por elas ocupados.

84. De mais a mais, alguns dos atos de descumprimento registrados na TABELA 1 também foram a determinação contida no item 1-B da parte dispositiva da sentença, que assim consignou:

1. Relativamente ao 1º réu (SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS - ANER SINDICAL):  
[...]  
B) Se abstenha da prática de qualquer ato em nome próprio ou em nome da categoria, sob pena de pagamento de multa no valor de R\$ 20.000,00 por ato praticado.

85. Nesse ponto, a multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por ato praticado, prevista na parte dispositiva da sentença, deverá ser aplicada para as seguintes situações verificadas:

28/01/2013 (doc. 17)	Publicação da matéria:  Ministério do Trabalho e Emprego reconhece a existência da CATEGORIA DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS!!	R\$ 20.000,00



MLVY

ERT  
Moura  
Lamounier  
Vasques  
Vulcanis  
Advogados

28/01/2013 (doc. 20)	Envio do segundo e-mail aos servidores das agências  Assunto: ENC: Um grande dia para analistas, técnicos e especialistas das Agências Reguladoras!	R\$ 20.000,00
31/01/2013 (doc. 30)	Publicação da matéria:  Contatação de Temporários na ANVISA - Ministério Público Federal instaura inquérito	R\$ 20.000,00
05/02/2013 (doc. 31)	Publicação da matéria:  Pernambuco o Impasse quanto ao reajuste para os Servidores Efetivos das ARs  Entidades representativas - ANER / CSPB / UGT - com o apoio das Centrais CTB e Nova Central continuam empenhadas na conquista do reajuste de 15,3%, em três anos, para as Carreiras do Quadro Efetivo das Agências Reguladoras.	R\$ 20.000,00
18/02/2013 (doc. 32)	Publicação da matéria:  ANER VAI À JUSTIÇA PARA GARANTIR O AUMENTO PARA OS SERVIDORES EFETIVOS DAS ARs	R\$ 20.000,00
26/02/2013 (doc. 25)	Publicação da matéria:  Sérgio Mendonça assume compromisso de não tratar de temas do Quadro Efetivo enquanto não for resolvida a questão de representação dos Servidores das ARs	R\$ 20.000,00
07/03/2013 (doc. 33)	Publicação da matéria:  A ANER não desistirá de garantir o que é DIREITO dos Servidores Efetivos	R\$ 20.000,00
22/03/2013 (doc. 34)	Publicação da matéria:  ANER PARTICIPA DA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO E CONGRATULA NOVO MINISTRO DO MTE	R\$ 20.000,00
TOTAL		R\$ 160.000,00

MLV

RT  
Moura  
Lamounier  
Advogados

86. Portanto, em relação a esse descumprimento específico, deve ser aplicada multa no total de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), considerando-se todas as ocasiões em que a ANER Sindical se manifestou, ainda que de forma indireta, como representante da categoria.

87. Enfim, somando-se as multas aplicáveis às Executadas, tem-se que a soma das Tabelas 1 e 2 alcança o montante de R\$ 1.435.000,00 (um milhão e quatrocentos e trinta e cinco mil reais), até o dia 05/04/2013.

88. Em que pese o valor total das multas aplicáveis ser elevado, é importante ressaltar a **deliberada má-fé** das entidades executadas e da ausência de qualquer perspectiva de que venham a cumprir as obrigações estipuladas na sentença, já que a mera ameaça de aplicação de multa não as incentiva em modificar a conduta ilícita.

89. Ademais, há que se ponderar que a sentença foi proferida no ano de 2009, com trânsito em julgado no ano de 2011 e, ainda assim, permanece sendo **notadamente ignorada**, causando prejuízos de enorme monta à Exequente, a exemplo da destituição de mais de 80 filiados. A esse respeito:

MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER ASTREINTE. A pena pecuniária imposta na origem – astreintes – tem por finalidade influenciar o devedor a cumprir a obrigação fixada na sentença. A decisão que assim dispõe confere cumprimento à garantia constitucional contida no artigo 5º, inciso LXXVIII, que assegura a todos a razoável duração do processo. 2. RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO. A rescisão do contrato de trabalho com suporte no artigo 483, alíneas 'a', 'b', 'c' e 'd', da CLT, reclama falta cometida pelo empregador revelada de gravidade capaz de inviabilizar a continuidade do contrato de trabalho. Não comprovadas as condutas imputadas ao empregador, impõe-se o indeferimento da pretensão. 3. HORAS EXTRAS. TRABALHO EXTERNO. ARTIGO 62, INCISO I, DA CLT. INAPLICABILIDADE. A norma prevista no artigo 62 da CLT disciplina situações gravadas de excepcionalidade, em que a submissão do empregado ao regime da duração do trabalho torna-se impraticável em razão da natureza externa da atividade desenvolvida pelo trabalhador, incompatível com a fixação de horário de trabalho (inciso I). Evidenciando-se a existência de controle de jornada, como o juízo originário ao deferir as horas extras pretendidas. 4. DANOS MORAIS. AJUDANTE DE MOTORISTA. TRANSPORTE DE VALORES. INDENIZAÇÃO. Comprovado que o autor realizava transporte de valores sem possuir qualificação específica e condições pessoais para tanto, ressalta-se o risco a que foi exposto, com aptidão a gerar o direito à reparação civil. 5. Recurso autoral conhecido e parcialmente provido. Recurso patronal parcialmente conhecido e provido em parte. (TRT10, Processo nº 00057-2012-

AL

34

SALV Quilômetro 5, Bloco H, Edifício OAB, Salas 401 e 402, CEP 70078-923, Brasília/DF  
T. 55 61 3224 6075 F. 55 61 3223 4520 [www.oab.com.br](http://www.oab.com.br)

*[Handwritten signature]*

MLVY

801-10-00-8 RO, Relator Desembargador Ribamar Lima Junior, 3ª Turma  
Publicado em 28/09/2012). Destacou-se

ERT  
Moura  
Lamounier  
Valadaria  
Vucante  
Advogados

100  
1511

90. Nessa perspectiva, convém dizer que as Executadas violam o art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, na medida em que impedem a duração razoável do processo, que já se prolonga por mais de 4 anos, sem que haja o alcance dos efeitos esperados pela parte Exequente em face da sentença favorável.

## DOS PEDIDOS

91. Forte em todas as razões de fato e de direito deduzidas, o Exequente requer:

- a) a citação das Executadas para que efetuem o pagamento da quantia de R\$ 1.435.000,00 (um milhão e quatrocentos e trinta e cinco mil reais), referente à soma dos descumprimentos apontados nas Tabelas 1 e 2, no prazo de 48 horas, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 880 e ss. da Consolidação das Leis do Trabalho;
- b) que o site utilizado pelas Executadas ([www.anerbrasil.org.br](http://www.anerbrasil.org.br)) seja suspenso, até que as referidas entidades se adequem aos termos da sentença e posterior decisão, em especial, quanto ao disposto no Item 4.C da decisão, para excluir a frase *"importante salientar que a ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS – ANER, possui legitimidade constitucional (art. 5º CF, art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI) e estatutária de defender e representar seus ASSOCIADOS junto as Esferas da Administração Pública, não se confundindo com a defesa e representação da categoria profissional exercida por entidade sindical"* da nota de esclarecimento constante na página inicial do referido sítio eletrônico;
- c) que seja oficiado o Ministério Público do Trabalho, para apuração da prática, pelos representantes legais das entidades Executadas, do crime previsto no art. 330 do Código Penal;
- d) que sejam oficiados o Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão acerca da legitimidade exclusiva do SINAGÊNCIAS para tratar dos interesses da categoria dos servidores públicos federais dos quadros das Agências Nacionais de Regulação, independentemente do cargo por eles ocupados;

35  
AC  
CARVALHO

MLVV

ST  
Moura  
Lamounier  
Valadares  
Murtanle  
Advogados

e) a condenação dos Executados no pagamento de custas processuais e honorários advocatícios,

f) a produção de eventuais provas que se fizerem necessárias, especialmente a documental;

g) que todas as publicações sejam grafadas em nome do advogado Walter José Falad de Moura, inscrito na OAB/DF nº 17.390.

92. Atribui-se à causa o valor de R\$ 1.435.000,00 (um milhão e quatrocentos e trinta e cinco mil reais).

Nesses termos,  
pede deferimento.

Brasília/DF, 5 de abril de 2013.

Walter José Falad de Moura  
OAB/DF 17.390

Bruna C. Lamounier Ferreira  
OAB/DF 26.292

Ana Luiza Valadares Ribeiro  
OAB/DF 14.901

Ana Luiza Jardim Airlanch  
Ana Luiza Jardim Airlanch  
OAB/DF 23.869

Sabrina Cardoso Bernardo  
OAB/DF 34.199

Caio Bastos e Silva de Moraes  
OAB/DF 38.304